



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
RUA: AZARIAS NETO 721, PLANALTOS
E-MAIL: semmam@oiapoque.ap.gov.br



LICENÇA PRÉVIA

Nº 010/2023

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 82, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Oiapoque, Lei Municipal nº 328/2009-PMO e Decreto de Nomeação nº 474/2022 -GAB/PMO, expede a presente **Licença Prévia** para:

Nº PROCESSO: 32000.000-369/2023		
EMPRESA: PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE-AP		
RESPONSVEL: SECRETARIA DE OBRAS (SEMIOBS)		
CNPJ: 05.990.445/0001-80		
ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE		
ENDEREÇO: BR 156, KM 1 LOTE DA RADIO BAIRRO FAZENDINHA		
MUNICÍPIO: OIAPOQUE	CEP: 68980-000	ESTADO: AMAPÁ

A presente **LICENÇA Prévia (L.P)** destina-se a atividade do objeto, **CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE**. Conforme objeto de proposta nº 932385/2022. Estando em Conformidade com a Lei Municipal nº 328/2009-PMO, Lei Orgânica do Município de Oiapoque, Código de Posturas do Município, Lei complementar nº 0005/1994, Código de Proteção Ambiental e ao meio Ambiente do Estado do Amapá, Resolução Coema nº 015/2009, Lei complementar 140/2011 e resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA.

Esta Licença Prévia é válida pelo período de **01 (hum) ano**, a contar da data de expedição da mesma, conforme Processo **SEMMAM** Nº. 32000.000-369/2023, observadas às condições deste documento e seus anexos, que embora não transcritas são partes integrantes da mesma.

Oiapoque - AP, 27 de Novembro de 2023.

JADISON MONTEIRO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 474/2022 GAB-PMO





CONDIÇÕES DE VALIDADE DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA L.P

Licença de PRÉVIA Nº 010/2023

1 – CONDIÇÕES GERAIS

1 – CONDICIONANTES GERAIS:

- 1.1 O recebimento da presente Licença Prévia (LP.) deverá ser publicado no em Jornal de Circulação, conforme preconiza a norma de publicidade dos atos administrativos.
- 1.2. A comprovação do atendimento desta condicionante deverá ser protocolada no Órgão Municipal do Meio Ambiente- OMMA no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento desta.
- 1.3. Quaisquer alterações nas especificações do projeto apresentado somente poderão ser realizadas se precedidas de anuência do OMMA;
- 1.6. O OMMA, mediante decisão motivada e embasada, poderá modificar prazos das condicionantes, assim como medidas de controle das mesmas, podendo suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normais legais; omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; superveniência de graves riscos ambientais e de saúde animal ou humana;
- 1.7. Esta licença não autoriza a instalação, operação e/ou supressão de vegetação nativas

2 – CONDICIONANTES ESPECÍFICAS:

2.1- No ato da solicitação da Licença de Instalação deverá ser apresentado ao órgão municipal de meio ambiente, o Plano de Controle Ambiental - PCA, contendo os projetos executivos de minimização dos impactos ambientais avaliados nesta fase da LP, acompanhado dos demais documentos necessários;

2.2 – O empreendedor deverá apresentar autorização para supressão de vegetação nativa expedida pelo órgão competente caso ao contrario e vedada corte supressão de arvores nativas sem a devida autorização do órgão competente;

2.3 - A empresa deverá apresentar o Cadastro técnico federal C.T.F do IBAMA no prazo de 60 (sessenta) dias;

2.4 – Não executar nenhuma atividade sem estar previsto neste licenciamento ambiental, somente com licenciamento ambiental específico;

2.5 – O requerente deverá acondicionar de forma segura e dar destinação ambientalmente correta aos resíduos provenientes da operação da atividade;

2.6 – A empresa é responsável por qualquer acidente que possa de alguma maneira causar impacto negativo ao meio ambiente e deverá informar imediatamente está SEMMAM, devendo tomar todas as medidas mitigadoras necessárias;

3.0 – Observação

OBS.: Exercer atividade licenciada em desacordo com as condições fixadas na licença ambiental constitui infração ambiental de natureza grave, passível das sanções previstas no Código Ambiental Municipal e legislação ambiental em vigor.

O não cumprimento das condicionantes estabelecidas implicará na suspensão ou cancelamento de sua Autorização em conformidade com Art. 19 da Resolução 237/1997, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

3 – DOCUMENTOS ANEXOS

Todos os documentos do **Processo nº 32000-000.369/2023** estão incluídos como anexos desta licença e encontram-se arquivados nesta SEMMAM/AP.